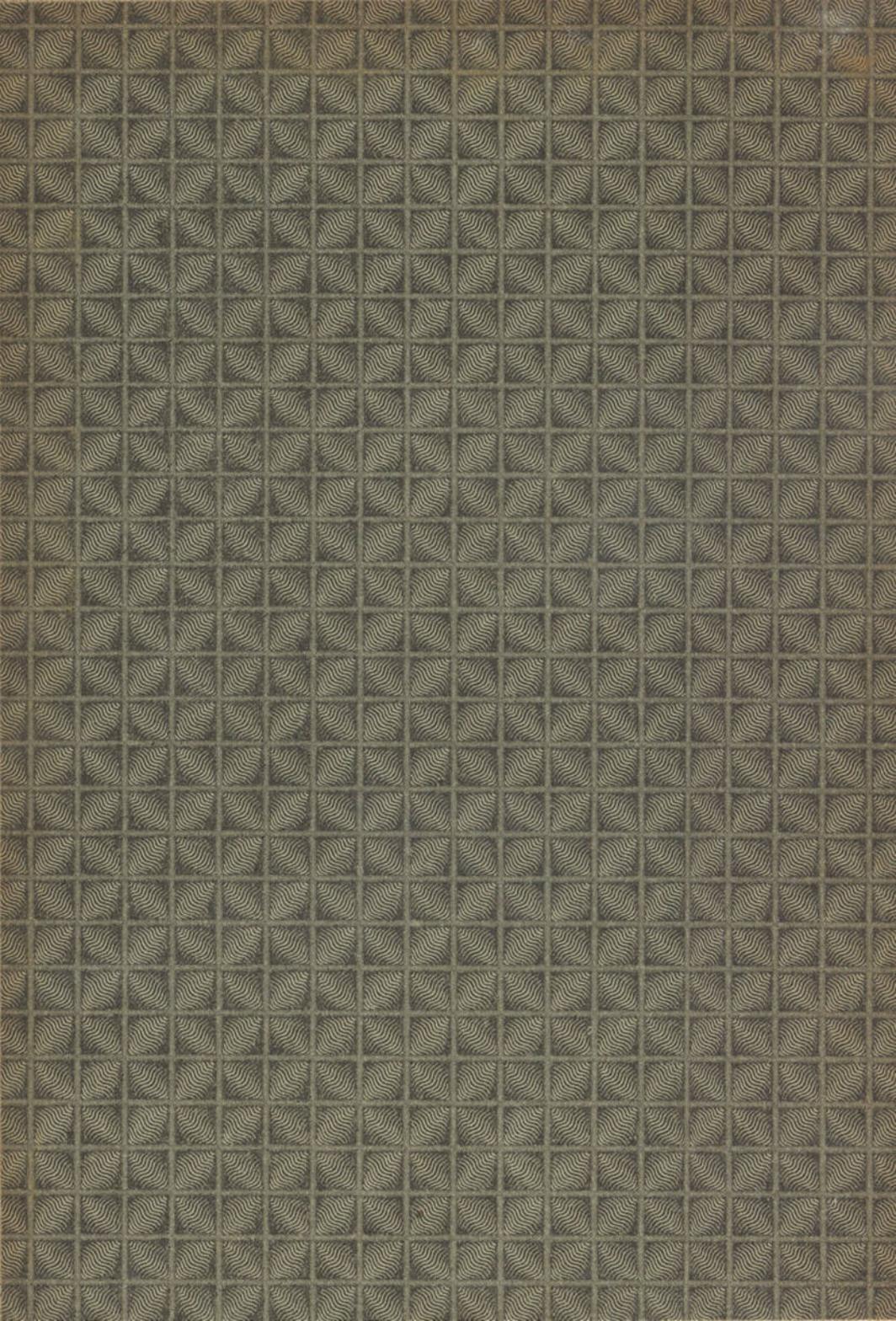


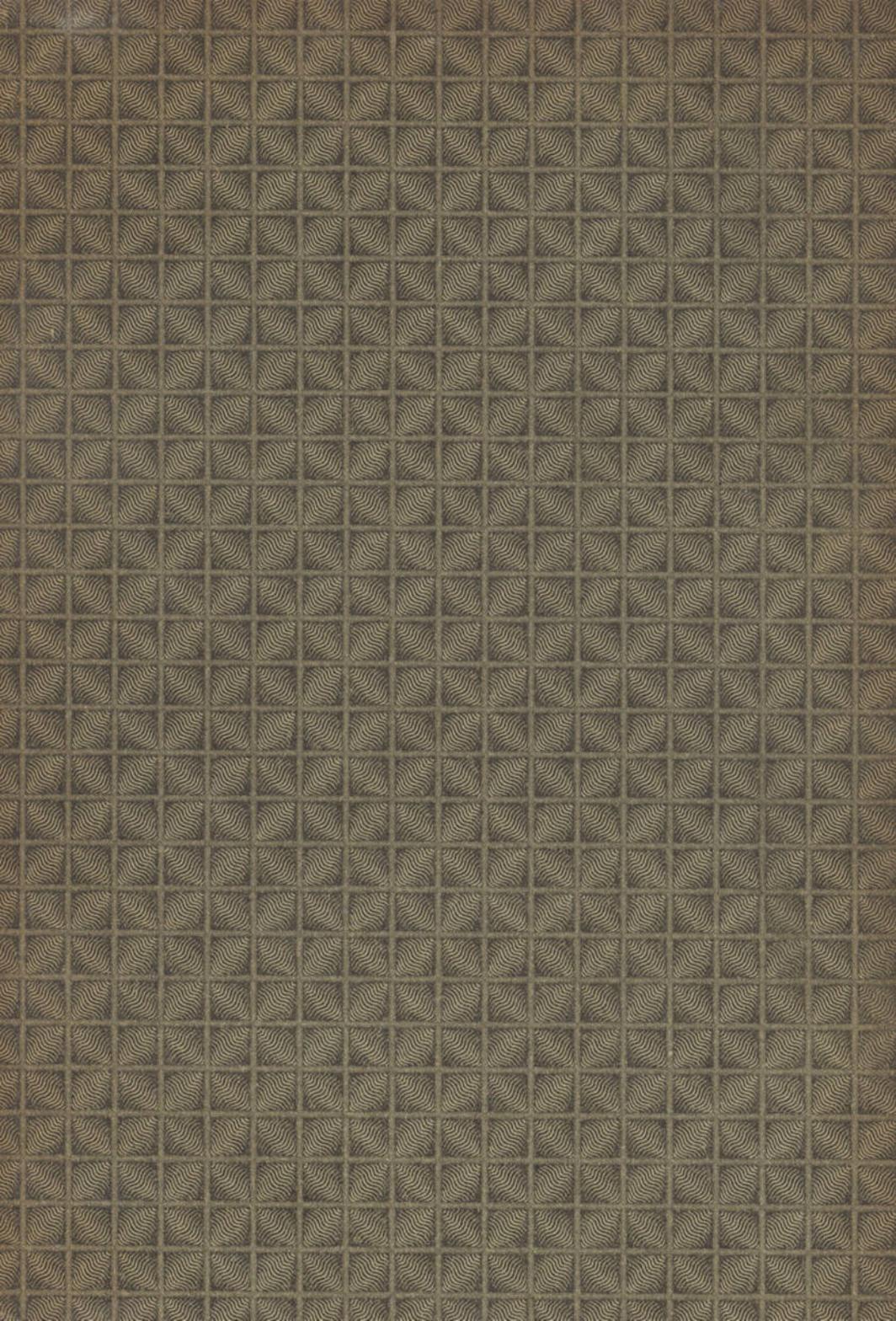
327

PORTUGAL  
E O  
PACTO DO  
ATLANTICO

SNI

2438







O PENSAMENTO DE SALAZAR

# PORTUGAL E O PACTO DO ATLÂNTICO

*DISCURSO PROFERIDO PELO  
SENHOR DOUTOR OLIVEIRA  
SALAZAR, PRESIDENTE DO  
CONSELHO, NA ASSEMBLEIA  
NACIONAL, EM 25 DE JULHO  
DE 1949*

EDIÇÃO DO SECRETARIADO  
NACIONAL DA INFORMAÇÃO



327

327

PORTUGAL  
E O  
PACTO  
DO  
ATLÂNTICO

327

PORTUGAL  
DO  
PACTO  
DO  
ATLANTICO

O PENSAMENTO DE SALAZAR

---

# PORTUGAL E O PACTO DO ATLÂNTICO

*DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR  
DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, PRESI-  
DENTE DO CONSELHO, NA ASSEMBLEIA  
NACIONAL, EM 25 DE JULHO DE 1949*

EDIÇÕES

**SNI**

LISBOA



---

mil novecentos e quarenta e nove

S. N. J.  
2438

INCORPORAÇÃO

RENSAMENTO DE SALAZAR

PORTUGAL  
E O PACTO  
DO ATLÂNTICO

INSTITUTO PORTUGUÊS DE HISTÓRIA  
MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA  
LISBOA

EDICION  
S N J  
LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO  
NA  
TIP. MAURÍCIO & MONTEIRO  
RUA ANTÓNIO MARIA  
CARDOSO, 7 — LISBOA

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL  
SENHORES DEPUTADOS :

A larga discussão que precedeu e se seguiu à assinatura do Pacto do Atlântico ou acompanhou a sua ratificação nalguns países signatários parece-me ter esgotado a matéria e dispensar novos esclarecimentos acerca da razão de ser e alcance do tratado. Demais a Câmara tem à sua disposição o proficiente Parecer da Câmara Corporativa e a Comissão dos Negócios Estrangeiros é especialmente qualificada para fazer também o estudo do assunto. A presença do Governo no momento de se pedir à Assembleia a aprovação do Pacto para ser ratificado, tem por isso apenas o intento de sublinhar a sua importância, tanto no quadro da política europeia como no domínio mais particular dos interesses portugueses. Serei breve e, se puder, serei também claro.

I

A última guerra terminou com braçadas de louros sobre os feitos das potências ocidentais e o período subsequente tem decorrido entre lamentações sobre os seus desenganos.

Teve-se como fim do conflito impedir a constituição de uma forte hegemonia política e económica no centro da Europa, e por esse motivo, numa orientação que denunciámos como perigosa, se decidiu esmagar a Alemanha. Teve-se, para além daquele, outro objectivo ainda — lançar os fundamentos duma organização internacional, e para tanto se ressuscitaram velhos ideais da Sociedade das Nações. Não pode haver hoje dúvidas de que ambos os intentos se frustraram : ao simples desígnio da hegemonia alemã substituiu-se a forte e bem estabelecida hegemonia russa na maior parte da Europa e da Ásia ; e esta mesma hegemonia, oposta por essência à igualdade dos Estados e à universalidade duma sociedade de Nações livres,

não deixa viver a organização senão nos limites em que sirva os seus fins de influência ou de domínio. — Mas há pior.

O que vem a ser a vitória? A vitória é a verificação iniludível do desequilíbrio de forças que permite a um dos partidos em luta impor, dentro da relatividade e das limitações provenientes da própria natureza das coisas, a sua vontade ao adversário. Nesta guerra porém, não só muitos países vencedores foram paradoxalmente arruados entre os vencidos, como nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra, nem a França, para só falar dos maiores, puderam ditar a sua vontade às nações contra as quais combateram; estão reduzidas a evitar a ingerência de uma vontade estranha nas zonas ocidentais da Alemanha. Por seu lado a Rússia impõe a sua vontade soberanamente e com exclusividade no Norte, no Leste e no Sudeste europeu e abre na Ásia as grandes rotas que a podem levar a um domínio quase universal. Nestes termos pode bem afirmar-se que, se a glória pertenceu a uns, a vitória coube efectivamente a outros.

\*

A política de guerra das potências ocidentais trouxe os exércitos russos ao coração da Europa e às regiões de onde toda ela se pode dominar. Salvo o que respeita à região estratégica definida pela bacia do Aar, que tão bem caracteriza o reduto central helvético naturalmente forte, todas as chaves do Ocidente ficaram confiadas à potencial agressividade das tropas eslavas. E o alcance deste facto estratégico não pode confundir-se com necessidades transitórias dos regimes de ocupação: ele está na base das contínuas cedências das potências do Ocidente, explica a sua fraqueza, condiciona a sua política. Não se deve falar eufemisticamente ou alimentar ilusões acerca da situação criada: no estado actual de depauperamento económico, de cansaço moral, de desagregação interna das nações a Ocidente, a Rússia poderia, se quisesse, ou pode, se quiser, levar os seus exércitos, numa arrancada, até à Mancha e aos Pirinéus.

À superioridade que deriva da força das posições acresce o prestígio do sistema doutrinário que os exércitos moscovitas levam consigo, como os da França alçavam nas baionetas as ideias da Revolução. Que se trate de ideal messiânico, conscientemente incarnado por um povo; que se trate de dar condições de sobrevivência ao comunismo ao procurar-se uma base suficientemente vasta para poder enfrentar os embates de doutrinas e organizações sociais adversas; que a Rússia tenha apenas visto, no seu comunismo de exportação, auxiliar valioso para a eficiência das suas armas, independentemente da verdade do sistema ou das possibilidades de universal aceitação — pouco importa averiguá-lo agora. Os factos passam-se por toda a parte com inegável similitude, como se se tratasse da execução de programa idêntico. Nas várias nações onde a Rússia pode inspirar e apoiar mudanças, talvez e só em parte com a única excepção da Finlândia, verifica-se o alinhamento político, a integração ou, com mais propriedade, a subordinação económica, a reforma social em termos paralelos. Isso se tem conseguido mercê do deslocamento de forças e apoios políticos e o desprezo pela vontade, a moral e os interesses dos povos. Isso só pode conseguir-se com quebrar violentamente os quadros sociais, a adopção de novas escalas de valores, a educação de populações que os adoptem, quando falte ou se enfraqueça o apoio externo, a recusa de toda a liberdade — a política, a religiosa, mesmo a civil. E o pior é que parece não serem as violências do comunismo só para ele se impor mas para viver, assim se colocando no polo oposto ao da ordem social europeia.

O Ocidente tem-se surpreendido ao ver que a libertação das nações coincide tão estreitamente com a escravização dos povos; eu admiro-me de que não se veja no caso a simples resultante de dois factores — a exploração da vitória russa, sobre a qual se alicerça a força expansionista duma revolução social. Seja como for, não parece que tal estado de coisas que põe em perigo a civilização do Ocidente possa ser modificado, ao menos nos anos mais próximos,

senão pela organização de forças opostas, tanto no terreno militar e económico como no campo moral.

Estes postulados impuseram a sequência dos acontecimentos.

## II

Os acordos entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, com seus desenvolvimentos económicos futuros, não podiam ser considerados senão como princípio de organização a Ocidente; e o mais vasto agrupamento daqueles com a França e a Grã-Bretanha, para constituírem a União Ocidental, mesmo que fosse possível conciliar o grupo escandinavo e obter o apoio da Itália, era manifestamente insuficiente e desprovido de meios de acção para os fins em vista.

A iniciativa dos Estados Unidos e do Canadá ao promoverem o Pacto do Atlântico Norte veio dar o apoio de força indispensável a uma tal ou qual eficiência da defesa da Europa, ao mesmo tempo que se procurou reanimar a respectiva economia com os auxílios directos dos capitais e da técnica americana. Fazem-no os Estados Unidos por compreensível sentimento de solidariedade humana; fazem-no em virtude das responsabilidades na direcção política do mundo que a grandeza do seu esforço de guerra lhes granjeou e a alteração do valor relativo das grandes potências inegavelmente lhes impôs; fazem-no ainda por bem conduzido cálculo dos seus interesses materiais e morais. Subvertida a Europa e com esta a África, enfrentada e delimitada a América nos dois oceanos pela potência russa e seus aliados, a América veria uma nova concepção monroísta aplicada de fora para dentro e, na melhor hipótese, teria de aceitar viver, sem influência ou projecção exterior, no seu próprio continente. O mundo afigurar-se-lhe-ia por demais reduzido e, no seu conceito, o homem dolorosamente amputado em atributos indispensáveis à beleza e dignidade da vida.

É a esta luz que me parece dever encarar-se o Pacto do Atlântico e ver-se nele fonte provável de outros desenvolvimentos futuros.

A hesitação da doutrina, a fluidez dos preceitos, o impreciso de certas fórmulas, que saltam ao exame minucioso do texto, não se devem considerar filhas da falta de clareza na visão dos problemas, mas da natural indecisão dos começos, do desejo de evitar as maiores reacções internas ou externas, ou até da inadaptação da máquina constitucional ao exercício de tão vasta acção. Mas as realidades mandam e impor-se-ão fatalmente nos momentos decisivos da história euro-americana que, para os próximos decénios, se me afigura comum.

\*

Ao laço de um princípio de assistência mútua, poderá ver-se no Pacto também um conteúdo ideológico? — Sem dúvida, mas nos precisos termos que lhe são impostos pelas considerações acima. A definição dessa ideologia é manifestamente infeliz no preâmbulo do Pacto e sofre da vacuidade ou imprecisão de certas fórmulas já gastas e perturbadoras, porque empregadas por toda a parte nas mais diversas acepções. Elas compreendem-se porém no seu significado profundo, quando contrapostas às realidades que as provocaram, e não é o seu maior defeito apresentarem apenas conteúdo negativo anti-comunista, em vez de afirmações consentâneas com os princípios de uma civilização que se entendeu dever defender. A verdade é que mal se podia avançar nessa orientação, quando aqui se enfrentam algumas graves consequências do liberalismo individualista, além se fazem tentativas para conciliar a liberdade e o socialismo e noutras partes se desperdiça tanto espírito a tentar a *identidade dos contrários*, pondo de acordo comunismo e cristianismo.

Seja como for, sentimo-nos ligados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso País estamos suficientemente esclarecidos. Todas as pretensões que, na Inglaterra e nos Estados Unidos e aliás da parte de pessoas sem responsabilidades de Governo, surgiram em sentido contrário, consi-

dero-as derivadas do desconhecimento das origens do Pacto e sobretudo não avaliando bem o peso das circunstâncias nem os problemas reais da Europa Ocidental.

### III

Ponho agora uma questão: a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico pode considerar-se em certa medida desvio da nossa política externa tradicional?

A aliança luso-britânica tem sido a base constante duma política que se inspirara na necessidade de segurança das rotas marítimas, fundamental para a Inglaterra e elemento essencial da vida portuguesa, tanto na parte continental como nos mais pedaços da Nação espalhados pelo mundo. Essa mesma aliança caracteriza-se, na sua longa duração, pela fidelidade das duas partes ao espírito dos tratados e por uma flexibilidade que lhe tem permitido adaptar-se às variações dos tempos. Ela foi concebida e tem sido aplicada na base de cada qual decidir da atitude de neutralidade ou beligerância a manter nas lutas em que o outro intervenha, bem como da importância e natureza do auxílio a prestar. Fundamentalmente, e pondo agora de banda a defesa colonial a que a Inglaterra se obrigou, funcionou sempre como promessa de apoio mútuo para a liberdade e segurança do Atlântico.

Esta prudente orientação foi umas tantas vezes interrompida ou alterada pela intervenção portuguesa nos conflitos internos da Europa. Sempre que o fizemos, livremente ou compelidos por outros e pelas circunstâncias, distraímos-nos prejudicialmente das nossas tarefas ultramarinas, e sem lucros, antes com graves danos e perdas de vidas e fazenda, voltámos para a Pátria, se às vezes com glória, sempre desiludidos das nossas intervenções. Através da História, estes desvios da linha mestra que é definida pelas necessidades vitais do povo português — face ao mar, costas à terra — não constituem precedentes a seguir mas a evitar na medida do possível.

Ao considerar a proposta de adesão ao Pacto do Atlântico, a

orientação do Governo devia pois definir-se em obediência ao duplo sentido seguinte : primeiro, verificar se o Pacto, devido à intervenção dos Estados Unidos e à sua promessa de auxílio, poderia, quanto a nós, funcionar como reforço da aliança inglesa na parte em que esta já actuava como fiadora da segurança do Atlântico Norte ; segundo, que riscos se poderiam correr relativamente a conflitos entre nações da Europa Ocidental, ou, mais claramente, se a previsão desses riscos ficaria reduzida a um ataque de leste o qual, a efectivar-se, deveria supor-se contra todos e contra os princípios da cultura e da civilização que representam.

O deslocamento do centro de gravidade da política mundial para oeste, verificado a seguir à primeira grande guerra, não só trouxe os Estados Unidos para o primeiro plano dessa política mas aumentou o valor e os riscos do Atlântico de cuja segurança passaram a depender quase exclusivamente a Europa, a África e a América. Em tais condições o apoio dos Estados Unidos tornou-se necessário à segurança dos países ribeirinhos do Atlântico Norte na mesma medida em que as posições atlânticas passaram a ser necessárias à defesa americana. Assim, só restaria uma preocupação, aliás bem natural nestes perturbados tempos — a relativa à utilização de pontos de apoio em tempo de paz, tão decididos nos encontrávamos a não permitir a criação de servidões indesejáveis em território português. O texto do Tratado e os esclarecimentos prestados responderam satisfatoriamente a essa preocupação.

Com o segundo aspecto da questão está intimamente relacionado o prazo de duração do Pacto. Nós não podíamos comprometer-nos a intervir nas desavenças familiares europeias que eventualmente resultassem das próprias condições de paz em cujo estabelecimento não temos de participar ou da sequência da política geral em cuja condução nem sequer temos voz. Mas parece não poder prever-se nos próximos vinte anos qualquer conflito entre as próprias potências signatárias, nem mesmo provocado por uma Alemanha renascida. A única hipótese a acautelar era por consequência uma erupção de

leste que significaria o colapso da Europa e da civilização do Ocidente. Entendeu-se que na iminência de tão grande cataclismo deveríamos também acudir com a nossa contribuição para o evitar.

Delimitado o seu âmbito geográfico, o Pacto não interessa por modo directo à defesa de territórios coloniais, designadamente aos nossos territórios ultramarinos. Mas as complicações emergentes de dificuldades experimentadas nesses territórios podem assumir aspectos e consequências graves. De modo que o processo de consultas estabelecido no artigo 4.º do Pacto teve de não ficar restrito à área definida mas estender-se a qualquer região onde as dificuldades sejam de molde a suscitar preocupações. Será prudente não fiar demasiado das vantagens nem desprezá-las completamente.

#### IV

Cabe neste momento uma referência à Espanha, e tanto pelo que respeita à sua não inclusão no Pacto como às eventuais repercussões deste nos nossos Tratados com aquele país.

Contrariamente ao que algumas vezes se pensa e muitas vezes se afirma, a nossa visão do caso espanhol não é afectada por nenhum compromisso de regime ou solidariedade política, de facto inexistentes; nós situamo-nos no terreno que os transcende da conciliação dos interesses peninsulares e no da integração destes no domínio dos interesses europeus. Simplesmente gozamos da vantagem de não nos sentirmos enleados por estados emocionais em que as opiniões públicas podem extravaiar-se, quando não compenetradas dos dados concretos de um problema.

A comunidade de fronteira, a afinidade de sangue, o paralelismo das culturas, a unidade geográfica e estratégica da Península que tem de ser forçosamente considerada como um todo no respeitante à defesa do Ocidente com base em terra continental europeia, é que explicam não só os acordos existentes mas a posição sistematicamente defendida por nós em relação à Espanha na Europa. Outro não dis-

porão porventura da nossa liberdade de apreciação, mas eu suponho que não há hoje estadistas europeus e americanos aos quais a madura reflexão não tenha conduzido às mesmas conclusões.

O Tratado luso-espanhol de amizade e não-agressão, de 1939, bem como o Protocolo que o completou em 1940, têm de ser considerados a base das relações entre os dois Estados na Península, e como tal condicionam em certa medida a política de cada um deles em relação aos mais Estados. Isto é, não se compreenderiam quaisquer compromissos ou actividades que os desconhecêssem como expressão duma solidariedade imposta pela geografia e pela comunidade de interesses morais.

Nas longas conversações com o governo de Madrid que precederam a nossa adesão ao Pacto do Atlântico ficou bem nítido que o Tratado de amizade e o Protocolo adicional, celebrados entre Portugal e a Espanha, eram em princípio compatíveis com o Pacto do Atlântico. Assim o consideramos e declarámos oportunamente em Washington. Mas ao nosso espírito aparecia igualmente nítido que os compromissos emergentes do Pacto ou assumidos em virtude dele teriam de ser a cada momento confrontados com os princípios dos acordos peninsulares. De facto as possibilidades portuguesas são variáveis conforme as posições e atitudes da Espanha.

Nesta ordem de ideias e como já afirmei noutra ocasião, a Espanha deveria ser incluída no Pacto do Atlântico, primeiro, pela falha geográfica e estratégica que a sua ausência traduz, segundo pela real importância da sua eventual contribuição, por fim, porque o valor prático da mesma adesão de Portugal é diverso conforme a Espanha esteja ou não ligada ao Pacto, e, na hipótese de não estar, consoante a política seguida, se um conflito puser o Pacto em acção. O funcionamento pleno duma frente ocidental contra a possibilidade de agressão é fortemente condicionado por uma política de idêntico sentido na Península Ibérica. Por felicidade ou esclarecido intento, o Pacto tem a elasticidade suficiente para se adaptar a mais de uma situação.

Estas são realidades irremovíveis em obediência às quais Por-

tugal tem insistido, mesmo com risco de afrôntar a incompreensão alheia, em que a Espanha seja chamada a cooperar nos vários organismos internacionais interessados nos problemas da Europa e se manifestou em Paris partidário de que fosse admitida a participar dos benefícios do Plano Marshall e na obra de cooperação económica europeia. Por força das mesmas realidades defendemos a todo o momento a tese favorável à admissão daquele país no Pacto do Atlântico ou que por qualquer outro entendimento se substitua em breve prazo a sua adesão formal, se continuarem a verificar-se dificuldades políticas que se lhe oponham. Devo acrescentar que a presença de Portugal pode favorecer uma solução razoável.

## V

Portugal não pode ser acusado de preconceitos raciais. Um dos traços, unânimemente reconhecidos, da sua obra colonizadora é mesmo a ausência do espírito de superioridade que praticamente se traduz no desprezo dos homens ou na imposição violenta de instituições e costumes. No contacto com povos, em estados muito diferentes de progresso económico e social, nada nos custou reconhecer e respeitar, quando era caso disso, o carácter específico de outras civilizações e culturas. Um sopro de fraternidade cristã bafejou habitualmente uma tarefa que através dos séculos e ainda hoje se baseia mais no trato humano, na comunidade de sentimentos e na confiança mútua do que na força coerciva do Poder.

Não é porém preconceito racial a verificação de um facto histórico — qual a marcada superioridade do europeu, na tarefa civilizadora, entre todos os povos da terra. Desta Europa gerada na dor das invasões, sacrificada em guerras intestinas, curtida no trabalho insano, revolvida a cada passo por avalanches de ideias e revoluções que se assemelham a furiosos temporais, descobridora, viajeira, missionária, mãe de nações, desta Europa simultaneamente trágica e gloriosa, ainda hoje se pode asseverar que mantém o primado da ciência

e das artes, utiliza no mais alto grau os segredos da técnica, conserva o instinto de afinar as instituições e de sublimar a cultura e é detentora de incomparável experiência política. Não esquecemos o que se deve a outros em criação artística, esplendor literário, subtileza de filosofias aqui e além criadas e desenvolvidas; mas só da Europa se pode afirmar que criou, sob inspiração cristã, valores universais, generosamente, gratuitamente postos ao dispor do mundo, na sua ânsia de transplantar civilização. — Cada um de nós deveria sentir o orgulho de se afirmar europeu.

Seria no entanto desrazoável fechar os olhos à crise da Europa no presente momento: devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita, corroída pelo desânimo, a braços com uma perigosa desorientação mental e o claro declinar das virtudes em que se formou, muitos perguntam se não são estes sintomas da decadência e se esta não será definitiva: *finis Europae*.

É certo que o mundo mais e mais se emancipa da sua tutela política e que, no delírio das libertações pouco amadurecidas, pega por vezes fogo ao melhor que recebeu de herança. É certo que regiões mais férteis e bem dotadas pela natureza se abrem noutros continentes à produção das riquezas. É certo que muitos aprenderam a arte da guerra e o segredo das conquistas e ela não tem por isso o exclusivo e nem mesmo a superioridade da força. Mas o espírito é que há-de continuar a reger o mundo, e o que importa é saber se, apoiada em suficiente base material, a Europa pode ainda arrogar-se o seu primado.

Este pensamento tem de estar na base do exame de coisa tão material e positiva como o da assistência americana, porque a política no futuro deverá ser dominada por ele. A Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade; a América sai contrariada do isolamento, filho da suficiência, para, protegendo-se a si própria, socorrer e apoiar a Europa Ocidental, guarda avançada da sua segurança. Ninguém pode querer nem a morte do velho continente europeu nem a sua

abdicação. O problema que está posto é se ele dispõe, com a África, de reservas materiais e morais que lhe permitam recobrar forças para prosseguir o seu papel histórico.

Não examinarei hoje este ponto; mas respondi noutra ocasião afirmativamente à pergunta, com a convicção de estudioso e como acto de fé, fé com que havemos de enfrentar os que, desistindo de todo o esforço, se interrogam sobre se a Europa não está condenada a escolher entre a América e a Rússia.

\*

Detesto gastar tempo a dizer coisas inúteis e hoje tenho a sensação de apenas repetir o que todos, por esta ou outra forma, temos no nosso espírito. Mas tanto melhor. Porque, se é assim, o governo interpretou bem o sentir geral da Nação e não surgirá dificuldade alguma na aprovação do Pacto.

A intervenção do governo na elaboração do Tratado foi relativamente modesta. Limitou-se a apresentar as suas observações, chamar a atenção para alguns aspectos, esclarecer-se suficientemente sobre o alcance de disposições cujo sentido preciso acima de tudo lhe interessava penetrar. Se de outra forma, poderia dar melhor colaboração e opor-se a certos deslises, como, por exemplo, a distinção menos elegante que se encontra a propósito do efeito das ratificações no artigo 11.º. Isto mesmo explica a resolução tomada de nos reservarmos para tão tarde: todos devem compreender que um governo responsável não pode praticar actos irrelevantes sobretudo em política externa.

Tudo são porém coisas de somenos ao lado deste facto fundamental: grande número de países europeus, ameaçados na sua vida e liberdade, contam desde agora com o auxílio dos Estados Unidos e uns com o auxílio dos outros para a defesa do seu património de civilização. Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes.

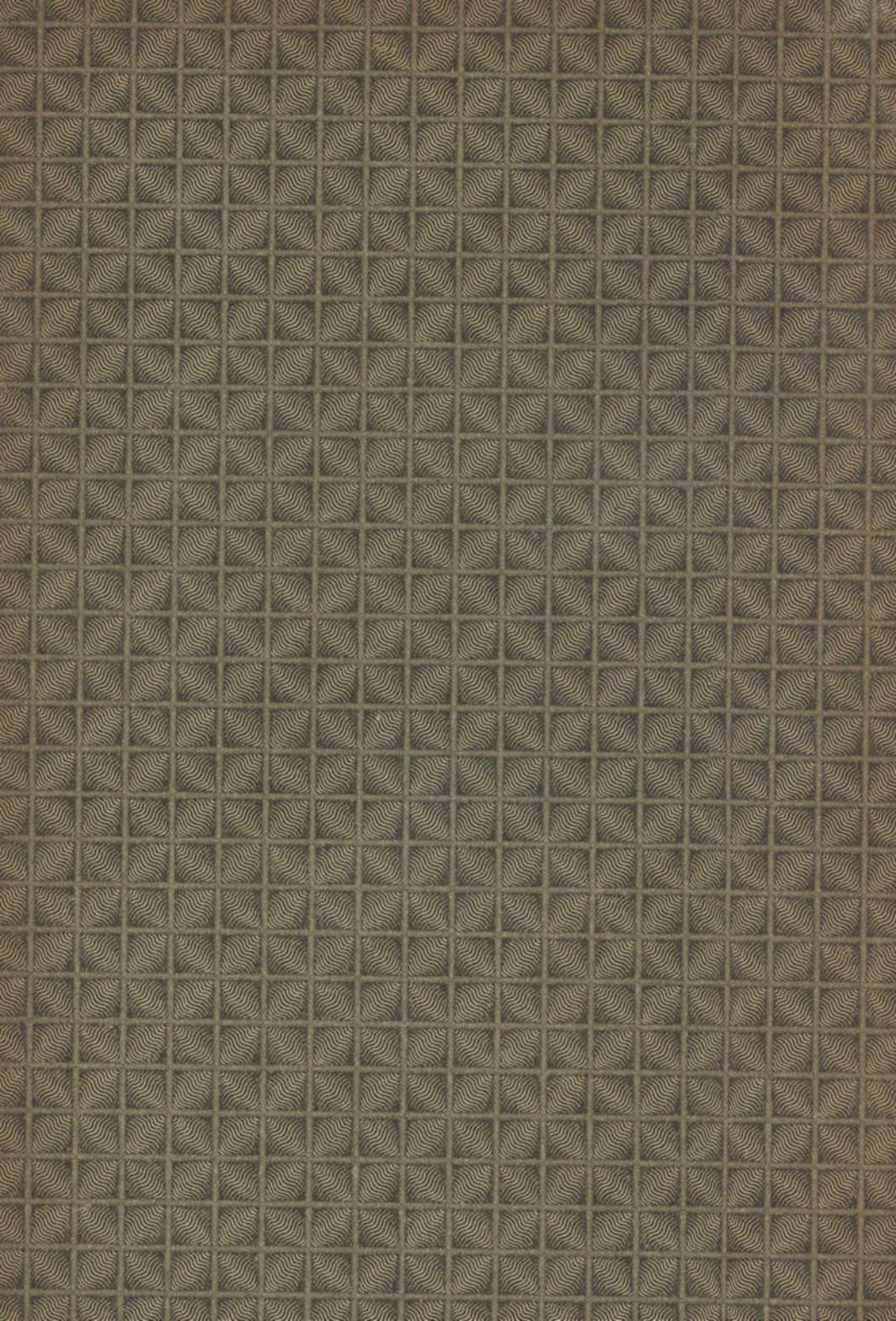


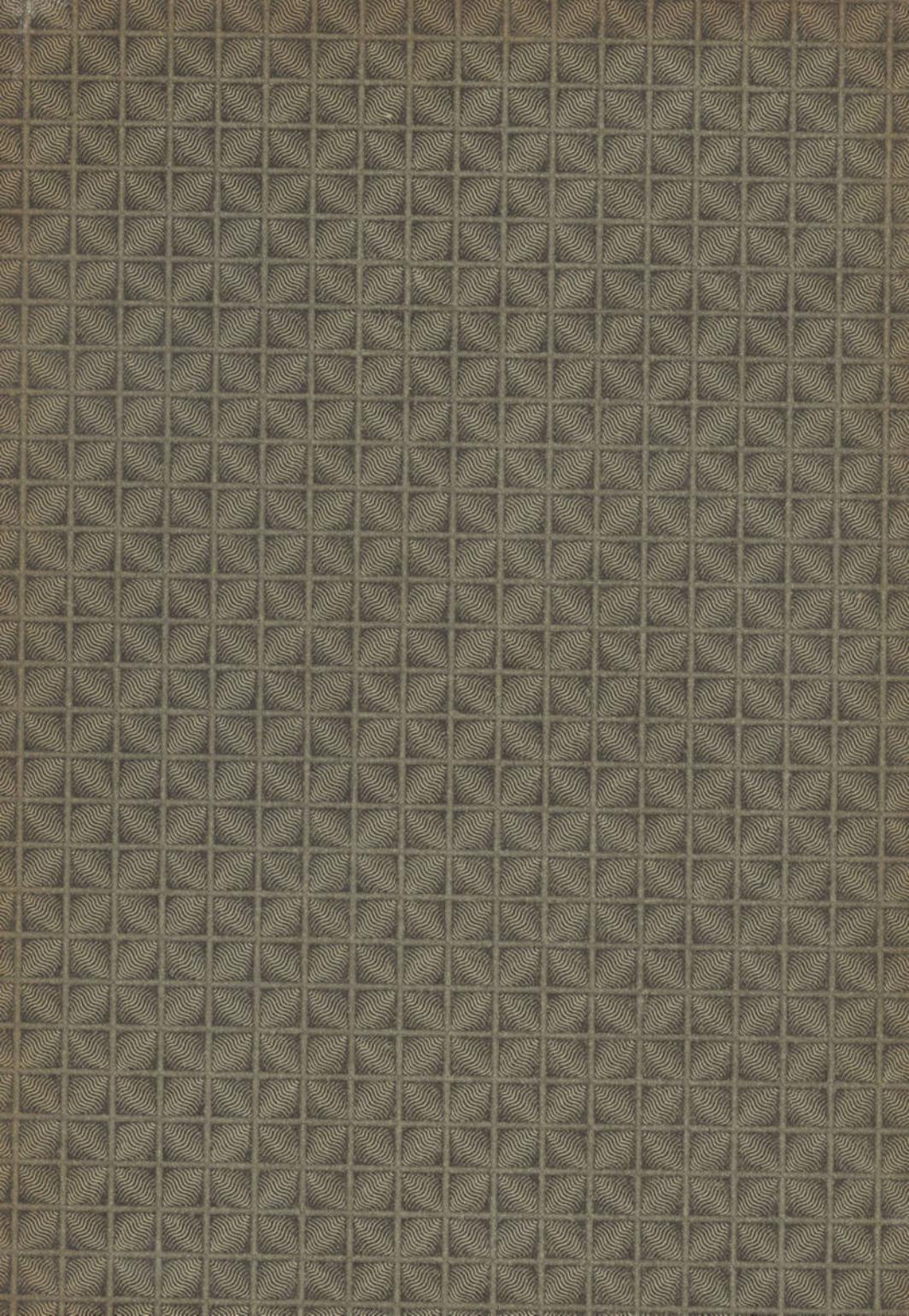
EDIÇÕES

**SNI**

LISBOA







NB



•EFG0000514202•

S.N.